ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - FARMÁCIA

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é o pilar central do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o acesso à saúde de forma universal e equitativa. Dentro desse contexto, o setor de farmácia desempenha um papel crucial na promoção do uso racional de medicamentos e na orientação da população sobre tratamentos farmacológicos. O atendimento na farmácia da UBS vai além da simples dispensação de medicamentos, abrangendo a avaliação da prescrição médica, a orientação sobre a administração correta dos remédios, possíveis interações e efeitos colaterais, e a promoção do autocuidado. Os profissionais de farmácia atuam também na gestão dos estoques de medicamentos, assegurando que a comunidade tenha acesso constante aos tratamentos necessários. Além disso, a farmácia na UBS é essencial para a educação em saúde, fornecendo informações que capacitam os pacientes a tomar decisões informadas sobre seu tratamento, contribuindo para o sucesso terapêutico e a melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVO

Formar profissionais aptos a atuar de forma generalista, crítica, ética, como cidadão com espírito de solidariedade, detentor de adequada fundamentação teórica, como base para uma ação competente, que inclua o conhecimento profundo nas grandes áreas de atuação e em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual, capacitando-o para atuação profissional, tanto nos aspectos técnicos-científicos, quanto na formulação de políticas, e de se tornar agente transformador da realidade presente, na busca de melhoria da qualidade de vida, comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Código	Disciplina	Carga Horária
5076	Assistência de Enfermagem em Fim de Vida	60

APRESENTAÇÃO

A morte no processo de desenvolvimento humano. O processo de luto. Câncer. Aceitando o fim, como encarar a morte? Modelos organizacionais em cuidados paliativos. Qualidade de vida. Espiritualidade em cuidados paliativos. Profissionais da saúde diante da morte.

OBJETIVO GERAL

A equipe multidisciplinar saúde depara-se com esta realidade diariamente, mas sobretudo a enfermagem no seu cuidar cotidiano é que a enfrenta, para tanto por lado te que ela própria esta preparada para este desafio e por outro tem que saber lhe dar os aspectos emocionais e físicos do paciente/cliente. Buscamos neste curso que o nosso egresso tenha as competências necessárias para enfrentar-los .

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar o processo da morte e do morrer.
- Interpretar e raciocinar criticamente sobre dados epidemiológicos do câncer como doença de alta morbi-mortalidade em evidência mundial.
- Inserir o profissional enfermeiro no âmbito dos cuidados quando não há mais perspectiva terapêutica.
- Provocar raciocínio clínico e crítico frente aos sintomas dos pacientes fora de possibilidade de cura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I
A MORTE E O MORRER
A MORTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
NECESSIDADES DO DOENTE E DA FAMÍLIA
O PROCESSO DE LUTO

UNIDADE II
CÂNCER
EPIDEMIOLOGIA DO CÂNCER
COMUNICAÇÃO TERAPÊUTICA
ACEITANDO O FIM, COMO ENCARAR A MORTE?

UNIDADE III
HISTÓRIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS
MODELOS ORGANIZACIONAIS EM CUIDADOS PALIATIVOS
QUALIDADE DE VIDA
DILEMAS ÉTICOS E BIOÉTICOS RELACIONADOS AO FIM DA VIDA

UNIDADE IV
ESPIRITUALIDADE EM CUIDADOS PALIATIVOS
ASPECTOS FISIOLÓGICOS EM CUIDADOS PALIATIVOS
PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM EM CUIDADOS PALIATIVOS
PROFISSIONAIS DA SAÚDE DIANTE DA MORTE

REFERÊNCIA BÁSICA

?ANCP. Academia Nacional de Cuidados Paliativos. **Manual de cuidados paliativos**. Rio de Janeiro, Diagraphic, 2013.

ANDERSON, F., DOWNING, M.G., HILL, J., CASORSO, L. Lerch N. **Palliative performance scale (PPS):** a new tool. J Palliat Care, 1996;12(1):5e11.

ARIES, P. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1977.

AYOUD, A.C. **Bases da enfermagem em quimioterapia**. São Paulo (SP): Lemar,2000.

BRASIL, D.R.M; AGUIAR, M.I.F; MOREIRA, M.M.C.; LOPES, L.D. Câncer de cólon e reto. In: RODRIGUES, AB; OLIVEIRA, PP. **Oncologia para Enfermagem**. São Paulo: Manole, 2016, p.110-117.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer (INCA). **Ações de enfermagem para o controle do câncer**: uma proposta de integração ensino-serviço. / Instituto Nacional de Câncer. – 3. ed. rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Departamento de regulação, avaliação e controle**. Oncologia. Manual de Bases Técnicas. 22ª Edição. Maio/2016. Disponível em: < http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/manual_de_bases_tecnicas_oncologia.pdf>.

CARVALHO, M. V. B. **O cuidar no processo de morrer na percepção das mulheres com câncer:** uma atitude fenomenológica. Tese – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CORTES, C. C**. Historia y desarrollo de los cuidados paliativos**. In: Marcos G. S., ed. Cuidados paliativos e intervención psicossocial em enfermos com câncer. Las palmas: ICEPS; 1988.

CUNHA, U.G.V; GIACOMIN, K; C; **Delirium no idoso**. In: Fortaleza, O.V.; Caramelli, P. Neuropsiquiatria geriátrica. São Paulo (SP): Atheneu, 2000.

FABBRI, R. M. A. et al. **Validação e confiabilidade da versão em língua portuguesa do confusion assessment method (CAM) para detecção de delirium no idoso**. Arq. Neuro-Psiquiatr, v. 59, n. 2A, p. 175-9, 2001.

FRANCO, M. H. P. **Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade-psicologia**. Cuidado paliativo, CREMESP, 2008(1-III) 74-76.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Ações de enfermagem para o controle do câncer**: uma proposta de integração ensino-serviço. / Instituto Nacional de Câncer. 3. ed. atual. amp. Rio de Janeiro: INCA, 2008.

KLUBER - ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 8. ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2005

KOVACS, M.J. **Contribuições de Elizabeth Kübler-Ross nos estudos sobre a morte e o morrer**. In: Incontri D, Santos FS, organizadores. A arte de morrer: visões plurais. São Paulo: Comenius; 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MACIEL, M. G. S. **Definições e princípios**. Cuidado paliativo, CREMESP, 2008; (1-I), p. 18-21.

MACIEL, M.G.S.; BETTEGA, R. **Náusea e vômito**. In: ANCP. Manual de cuidados paliativos. Rio de Janeiro, Diagraphic, 2009

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **Incidência de Câncer no Brasil**. Estimativa 2016. Ano:2015. Disponível em:< http://www.inca.gov.br/bvscontrolecancer/publicacoes/edicao/Estimativa_2016.pdf >.

?MORAES, T.M. **Como cuidar de um doente terminal**: orientação para cuidadores. São Paulo (SP); Paulus, 2008.

PINTO, C. S. **Quando o tratamento oncologico pode ser futil?** Do ponto de vista do Paliativista. Revista Brasileira de Cancerologia, v. 54, n. 4, p. 393-6, 2008.

RODRIGUES, C.F.A.; STYCHNICKI, A. S.; BOCCALON, B.; CEZAR, G.S.**Morte encefálica, uma certeza?** O conceito de “morte cerebral” como critério de morte. Revista - Centro Universitário São Camilo - 2013;7(3):271-281.

SÃO PAULO. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CREMESP). **Cuidado Paliativo** / Coordenação Institucional de Reinaldo Ayer de Oliveira. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2008.

PERIÓDICOS

SAUNDERS, D. C. **Introduction Sykes** N., Edmonds P.,Wiles J. “Management of Advanced Disease” 2004, p. 3-8.

SCHAG, C.C., HEINRICH, R.L., GANZ, P.A. **Karnofsky performance status revisited**: Reliability, validity, and guidelines. J Clin Oncology. 1984; 2:187-193.

5096	Atenção Primária e a Estratégia Saúde da Família	60

APRESENTAÇÃO

Aspectos teóricos da atenção primária. Política Nacional de Atenção Básica. Diretrizes operacionais da Estratégia Saúde da Família - ESF. Desafios e possibilidades de expansão da ESF. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Processo de territorialização na ESF.

OBJETIVO GERAL

O curso tem como objetivo capacitar a equipe multisciplinar a entender as politica publicas de saúde da família como uma pratica que depende de uma ação conjunta que ocorre nas UBSs.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Reconhecer as diretrizes operacionais da ESF, como modelo prioritário de organização e ampliação da AB no Brasil.
- Aplicar técnicas para reorganização das práticas de trabalho: possibilidades e desafios no cotidiano das equipes de SF.
- Identificar o dimensionamento do processo de trabalho no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica., na perspectiva do apoio a inserção da ESF na rede de serviços.
- Apontar problemas das equipes, comunidade, pessoas e do território de abrangência apresentando resolutividade nas questões.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I
ASPECTOS TEÓRICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB)
IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)
DIRETRIZES OPERACIONAIS DA ESF

UNIDADE II
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO COTIDIANO DA ESF
ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO DA ESF
INDICADORES DA ESF NO BRASIL E EM PERNAMBUCO
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO DA ESF

UNIDADE III
CLÍNICA AMPLIADA NA ESF
NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)
NASF-AB E O APOIO À INSERÇÃO DA ESF
NASF-AB NA PERSPECTIVA DA REDE DE SERVIÇOS

UNIDADE IV
NASF-AB COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA
NASF-AB NO ESCOPO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
NASF E SUA CAPACIDADE DE RESOLUTIVIDADE
PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA ESF

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, MBS, ROCHA, PM. **Trabalho em equipe**: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família. Cienc Saude Colet 2007, 12(2): 455-64.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18.ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Autoavaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica:** AMAQ. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a. 134p. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/geral/amaq.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.654**, de 19 de julho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável. Diário Oficial [da] União Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1654_19_07_2011.html. >.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436**, de 21 de setembro de 2017. (PACS). Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial [da] União, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488**, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial [da] União, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de. **Projeto Ético-Poli?tico do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária:** Elementos para o Debate. In: MOTA, Ana Elizabete (Col.) Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

CAMPOS, G. W. S. **Considerações sobre a arte e a ciência da mudança**: revolução das coisas e reforma das pessoas: o caso da saúde. In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.). Inventando a mudança na saúde. São

Paulo: Hucitec, 1994. p. 29-87.

CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A.C**. Apoio Matricial e Equipe de referência**: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde pública, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev. 2007.

CAPRA F. **O ponto de mutação**. 30a ed. São Paulo: Cortez; 2012.

CECCIM R. B. **Debate** (Réplica). Comunic, Saúde, Educ. v.9, n.16, p.161-177, set.2004/fev.2005b.

OLIVEIRA, C. M.; CASANOVA, A. O**. Vigilância da saúde no espaço de práticas da atenção básica**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 3, p. 928-936, 2009.

OLIVEIRA, G.N. **Apoio Matricial como tecnologia de gestão e articulação em rede**. In: CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, A.V.P. (Org.). Manual de Práticas de Atenção Básica: Saúde Ampliada e Compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 273-82.

PERIÓDICOS

CONASS. **A construção social da atenção primária à saúde**. / Eugênio Vilaça mendes. Brasília: conselho nacional de Secretários de Saúde, 2015.

CONASS. **Planificação da atenção à saúde**: um instrumento de gestão e Organização da atenção primária e da atenção ambulatorial especializada nas redes de atenção à saúde/Conselho Nacional de Secretários de Saúde: organizadores: Alzira Maria D'ávila; Nery Guimarães, Carmem Cemires Bernardo Cavalcante, Maria Zélia Lins-Brasília,2018.

4839	Introdução à Ead	60

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

5095	**Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria em Saúde**	**60**

APRESENTAÇÃO

Serviços e ações do SUS. Lei orgânica do SUS. Regulação de serviços e ações da saúde. Planejamento em saúde. Controle em ações e serviços da saúde. Histórico da auditoria e avaliação em ações e serviços da saúde. Sistema de regulação, controle e avaliação nas ações e serviços de saúde.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade abordar os instrumentos de regulação e controle no processo de auditoria em saúde, capacitando o estudante ou profissional dessa área a aplicar critérios de avaliação e auditoria nos processos e estruturas organizacionais relacionados à área de saúde.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Interpretar os aspectos do público e o privado nas ações e serviços da saúde no Brasil e os mecanismos de atuação do SUS através da legislação de suporte.
- Apontar o Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos para Ações e Serviços da Saúde.
- Interpretar o Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP) e a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no SUS.
- Reconhecer o Sistema de Regulação, Controle e Avaliação (SISRCA).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ENTENDENDO O SUS E O PACTO PELA SAÚDE
SERVIÇOS E AÇÕES DO SUS
AMPARO CONSTITUCIONAL DA SAÚDE NO BRASIL
LEI ORGÂNICA DO SUS
PACTO PELA SAÚDE

UNIDADE II – REGULAÇÃO DO SISTEMA E SERVIÇOS DE SAÚDE
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS E AÇÕES DA SAÚDE
REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE E A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS
PLANEJAMENTO EM SAÚDE

UNIDADE III – ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
RELAÇÃO NACIONAL DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE (RENASES)
CONTRATO ORGANIZATIVO DA AÇÃO PÚBLICA DE SAÚDE (COAP)
CONTROLE EM AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE
CONTROLE SOCIAL EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

UNIDADE IV – AUDITORIA EM SAÚDE
HISTÓRICO DA AUDITORIA E AVALIAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO
AUDITORIA EM AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE
SISTEMA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística aplicada à administração e economia. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2007.

ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano, Curso de Direito Constitucional, 7a ed., São Paulo, editora Saraiva, 2003.

BRASIL.?**Constituição**?(1988).?**Constituição**?da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasil. Decreto n° 7.508, de 28 de junho de 2011. **Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências**.?*Diário Oficial da União* ?2011.

BRASIL. **Lei Federal n. 141** de 13 de janeiro de 2012. Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.080** de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei Federal n. 8.142 de 28 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de setembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. **Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de Setembro de 2017 – **Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do SUS. TITULO 1 – Dos direitos e deveres dos usuários**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.htm>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n º 399**/GM de 22 de fevereiro de 2006a. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 22 fev. 2006a.

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. Portaria Nº 1.161, de 21 de janeiro de 2010. **Termo de Cooperação entre Entes Públicos**. Brasília/DF. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.203, de 05 de novembro de 1996. **Aprova a Norma Operacional Básica 1/96**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília DF, 05 nov. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 3.390, de 30 de dezembro de 2013. **Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde**. Diário Oficial da União.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria MS/GM nº 1559, de 1 de agosto de 2008. **Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de agosto de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. **Auditoria do SUS: orientações básicas**. Brasília, 2011a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Para entender o controle social na saúde** / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 3, de 30 de janeiro de 2012. **Dispõe sobre normas gerais e fluxos do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília DF, 30 jan. 2012.

BRASIL. Portaria Nº 2.135, de 25 de setembro de 2013a. **Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF, 2013a.

BRASIL. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): **uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de Auditoria de Natureza Operacional**. Brasília, 2010a.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Normas de Auditoria do Tribunal de Contas** da União. Brasília, 2011b.

CALDEIRA, A. M. O., ZÖLLNER A. M. I., GANDOLFI, S. D. **Controle social no SUS: discurso, ação e reação.**

CHIAVENATO, I., **Fundamentos de Administração: Planejamento, organização, direção e controle para incrementar competitividade e sustentabilidade**. Elsevier. 2016.

CREPALDI, S. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo. atlas 2002.

DAVENPORT, T. H.?**Ecologia da Informação:?**por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.**?**São Paulo: Futura, 1998.

GURZA LAVALLE A, ISUNZA VE. **A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accontabillity***. *Lua Nova* 2011; 84:353-364.

HARTZ, Z. M. A. **Avaliação em saúde**: **dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**., Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

KUSCHNIR, R. C.; HORÁCIO, A.; LIMA E LIRA, A. M. **Gestão dos sistemas e serviços de saúde**. 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.

LEAL, L. M. & CASTRO E CASTRO, M. M., **Política Nacional de Atenção Hospitalar: Impactos para o Trabalho do Assistente Social** Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v.16, n. 2 (24), p. 211-228 (2017).

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**, 16a edição, São Paulo, Ed. Saraiva, 2012.

LOUVISON, M. **Auditoria da atenção à saúde**, 2012. <http://www.cosemssp.org.br/downloads/regulacao-saude.pdf>

MATUS. C. Planejamento Estratégico-Situacional. In: URIBE RIVERA, F. J.;
MATUS, C.; TESTA, M. **Planejamento e Programação em Saúde. Um enfoque estratégico**. São Paulo: Cortez, 1989. vol. 2, 222 p.

PERES, M. A., Editora Fórum**, Controle da Administração Pública no Brasil: um breve resumo do tema.** Notícias. 2016. Disponível em <https://www.editoraforum.com.br/noticias/controle-da-administracao-publica-no-brasil-um-breve-resumo-do-tema/>.

QUEIROZ ELIAS, J. A. T., LEITE, M. V., SILVA, J. M. F. **Auditoria no Sistema Único de Saúde:** uma evolução histórica do Sistema Nacional de Auditoria para a qualidade, eficiência e resolutividade na gestão da saúde pública brasileira. 2017.
<https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/article/view/74/pdf_26>.

REMOR, L. C. **Controle, Avaliação e Auditoria do Sistema Único de Saúde-Atividades de Regulação e Fiscalização***.* 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

RIVEIRA, F. J. U. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): **uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

RIVEIRA, F. J. U. **Planejamento em saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

RIVERA, F. J.; MATUS, C.; TESTA, M. **Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico**. São Paulo: Cortez, 1989. v. 2. 222 p.

SANTOS, IS., SANTOS, MAB., and BORGES, DCL. **Mix público-privado no sistema de saúde brasileiro** : realidade e futuro do SUS. FUNDAÇÃO SWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro*: estrutura do financiamento e do gasto setorial [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 4. pp. 73-131.

Souza, M. Administradores. **Gestão e administração: Desvendando as quatro fases do processo administrativo.** <https://administradores.com.br/artigos/gestao-e-administracao-desvendando-as-quatro-fases-do-processo-administrativo>

VIACAVA, F. et al. Uma metodologia de avaliação do desempenho do sistema de saúde brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 711-724, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. 8ª Conferência Nacional de Saúde. **Anais.** Brasília: Cento de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. 430 p.

PERIÓDICOS

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Caderno de Informação da Saúde Suplementar:** beneficiários, operadoras e planos, Dezembro de 2010. Rio de Janeiro, março de 2011.

5122	**Sistema de Saúde e Organização da Atenção Básica: Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente**	**60**

APRESENTAÇÃO

Morbimortalidade no processo reprodutivo humano e na situação ginecológica. Implicações fisiológicas e psicológicas do ciclo menstrual e da gestação. Planejamento familiar. Cuidado com os principais agravos da saúde da mulher. Problemática da saúde da criança e do adolescente no Brasil. Programa de atenção à saúde da criança e do adolescente. Membros da equipe de saúde e da família.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina visa munir o profissional de saúde dos conhecimentos e habilidades para aplicar fundamentos e práticas da atenção básica à saúde da família, abrangendo a mulher, a criança e o adolescente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Apontar e compreender a morbimortalidade no processo reprodutivo humano na situação ginecológica.
- Identificar as ações da clínica e do cuidado nos principais agravos da saúde da mulher.
- Explicar quais são os programas de atenção à saúde da criança e do adolescente.
- Identificar o papel dos membros da equipe de Saúde da Família no planejamento de ações e avaliação de riscos em saúde da criança e do adolescente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – MORBIMORTIDADE FEMININA
MORBIMORTALIDADE REPRODUTIVA E GINECOLÓGICA
TIPOS DE MORBIDADE
IMPLICAÇÕES PSICOFISIOLÓGICAS DA MENSTRUAÇÃO E GESTAÇÃO
ASSISTÊNCIA DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

UNIDADE II – PLANEJAMENTO FAMILIAR E A SAÚDE DA FAMÍLIA
PROGRAMA REDE CEGONHA
PLANEJAMENTO FAMILIAR
CUIDADO COM OS PRINCIPAIS AGRAVOS DA SAÚDE DA MULHER
PROBLEMÁTICA DA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

UNIDADE III – SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
INDICADORES DE MORBIMORTALIDADE NACIONAIS EM SAÚDE DA CRIANÇA
DETERMINANTES DE MORBIMORTALIDADE INFANTIL E JUVENIL
PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NAS UNIDADES DE ESF

UNIDADE IV – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA FAMÍLIA
MEMBROS DA EQUIPE DE SAÚDE E DA FAMÍLIA
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL
AÇÕES DA CLÍNICA E DO CUIDADO NOS PRINCIPAIS AGRAVOS DA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ATENÇÃO INTEGRADA ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA

REFERÊNCIA BÁSICA

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; GRANATO, T. M. M. **A preocupação materna especial**. Psicologia Clínica, 14, pp. 87-92, 2002.

AQUINO, E. M. L. de; ARAÚJO, T. V. B. de; MARINHO, L. F. B**. Padrões e Tendências em Saúde Reprodutiva no Brasil**: bases para uma análise epidemiológica. In: GIFFIN, K.; COSTA, SH. (orgs.). Questões da saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, J. P.; SILVA, et al. **História da saúde da criança**: conquistas, políticas e perspectivas. **Rev Bras Enferm**. Brasília, v.67, n.6, p.1000-7, Nov-dez, 2014.

AYRES, N. **Ciclo menstrual**: conheça as fases e como calcular o período fértil. Redação Minha Vida. 2018. Disponível em: https://www.minhavida.com.br/saude/materias/20985-ciclo-menstrual-conheca-as-fases-e-como-calcular-o-periodo-fertil. Acesso em: 14 jun 2019.

BARROS, F. C.; VICTORIA, C. G. **Maternal-child health in Pelotas**, Rio Grande do Sul State, Brazil: major conclusions from comparisons of the 1982, 1993, and 2004 birth cohorts. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Manual para utilização da Caderneta de Saúde da Criança**. Ministério da Saúde, Brasília, 2005. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual%200902.pdf>.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em Planejamento Familiar**: Manual Técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no. 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

BRASIL. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde. **Dez passos para uma alimentação saudável,** Guia alimentar para crianças menores de 2 anos. Brasília, 2002a.

Brasil. Ministério da Saúde. **AIDPI Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância**: curso de capacitação: introdução: módulo 1 Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.130,** de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 149, 6 ago. 2015. Seção 1, p. 37. Disponível em: <http://bvsms. saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html>.

BRASIL. Ministério da saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral a saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasilia. DF: Ministério da saúde,2010.104p.

Brasil. Ministério da Saúde. **Manual de quadros de procedimentos: Aidpi Criança: 2 meses a 5 anos** / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. 74 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Monitoramento e acompanhamento da política nacional de atenção integral à saúde da mulher e do plano nacional de políticas para as mulh

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal Brasil. **ONU: Brasil cumpre meta de redução da mortalidade infantil. 2015**. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-ejustica/2015/09/onu-brasil-cumpre-meta-de-reducao-damortalidade-infantil.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. **Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança**: 70 anos de história / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 80 p. : il. – (Série I. História da Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa. Série A. **Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.** Caderno, no. 9. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de parto, aborto e puerpério**: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança**: orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf.

ales.pdf>.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização** . HumanizaSUS: gestão participativa: co-gestão. 2. ed. rev. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Brasil). **O SUS de A a Z**: garantindo saúde nos municípios. 3. ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Família**: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília.1998.

BRASIL. Ministério da saúde. **Evolução da mortalidade na infância nos últimos 10 anos (2006-2016). Brasília,2018. Disponível** em:<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/13/Oficina-mortalidade-materna-e-infantil-CIT-MESA-Ana-Nog

APRESENTAÇÃO

Relações familiares. Envelhecimento biopsicosocial e ambiental. Condições crônicas de saúde. Assistência de equipes multidisciplinares à saúde do adulto e do idoso nas unidades de ESF. Epidemiologia do envelhecimento no Brasil. Indicadores de morbi-mortalidade nacionais e estaduais em saúde do adulto e idoso. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Pactos, políticas e programas de saúde do Adulto e do Idoso no Brasil e no mundo. Problemas mais comuns no Homem, Adulto e Idoso. Papel dos membros da equipe de ESF no planejamento de ações e avaliação de riscos em saúde do Homem, Adulto e Idoso. Relação médico-paciente. Ações da clínica e do cuidado nos principais agravos da saúde do Homem, Adulto e do Idoso.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina visa munir o profissional de saúde dos conhecimentos e habilidades para aplicar fundamentos e práticas da atenção básica à saúde do homem, adulto e idoso.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender como se processa a atenção básica à saúde.
- Entender o contexto sociopolítico da política pública de atenção ao idoso no Brasil.
- Aplicar as estratégias de saúde da família.
- Desenvolver o planejamento de ações na saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DO HOMEM
ATENÇÃO À SAÚDE
POLÍTICAS DE SAÚDE PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS
SAÚDE DO HOMEM
CONDIÇÕES CRÔNICAS DE SAÚDE

UNIDADE II – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DO IDOSO
PACTOS POLÍTICOS E PROGRAMAS
CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO NO BRASIL
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA
INDICADORES DE ENVELHECIMENTO NO IDOSO

UNIDADE III – RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE E A SAÚDE DA FAMÍLIA
RELAÇÃO MÉDICO PACIENTE
RELAÇÃO MÉDICO PACIENTE E A ATENÇÃO HUMANIZADA
ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA
NÚCLEOS DE APOIO E ASSISTÊNCIA

UNIDADE IV – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA E DO HOMEM
FAMÍLIA COMO CENTRALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
ENVELHECIMENTO BIOPSICOSSOCIAL E AMBIENTAL
PLANEJAMENTO DE AÇÕES NA SAÚDE
AVALIAÇÃO DE AÇÕES/RISCOS EM SAÚDE DO HOMEM

REFERÊNCIA BÁSICA

ALCÂNTARA, AO.; CAMARANO, AA. & GIACOMIN, KC. **Política Nacional do idoso: velhas e novas questões.** Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada 2016.

AMARAL, TLM.; AMARAL, CA.; PRADO, PR.; LIMA, NS.; HERCULANO, PV. &MONTEIRO, GTR. Qualidade de vida e morbidades associadas em idosos cadastrados na Estratégia de Saúde da Família do município Senador Guiomard, Acre. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** 18(4): 797-808, 2015.
?

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BUSARO, IMS. **Planejamento estratégico em saúde.** Curitiba, Editora Intersaberes, 2017.

CAPONERO, R. **A comunicação médico paciente no tratamento oncológico.** Editora Sumus, 2015.

COELHO, EBS.; SCHWARZ, E.; BOLSONI, CC. & CONCEIÇÃO, TB. **Política Nacional de Atenção Integra à Saúde do Homem.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

DE MARCO, MA. **A face humana da medicina: do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial.** 2ª Edição, São Paulo, Editora Casa do Psicólogo, 2010.

PERIÓDICOS

FURTADO, LG. & NÓBREGA, MML. Modelo de atenção crônica: inserção de uma teoria de enfermagem. **Texto Contexto Enferm** 22(4): 1197-1204, 2013.

HACK, NS. **Política pública em saúde no Brasil; história, gestão e relação com a profissão do serviço social.** Curitiba, Editora Intersaberes, 2019.

HERÉDIA, VBM.; FERLA, AA. & LORENZI, DRS. **Envelhecimento, saúde e políticas públicas.** Caxias do Sul, Editora Educs, 2007.

LOPES, M. **Políticas de saúde pública: interação dos atores sociais.** 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Atheneu, 2017.

LUZ, PL. **As novas faces da medicina**. Barueri, São Paulo, Editora Manole, 2014.
MENDES, EV. A construção social da atenção primária à saúde. **Conselho Nacional de Secretários de Saúde** – CONASS, 2015.

SILVA, PA.; SILVA, GML.; RODRIGUES, JD.; MOURA, PV.; CAMINHA, IO. & FERREIRA, DKS. Atuação em equipes multiprofissionais de saúde: uma revisão sistemática. **ConScientiae Saúde**, 12(1): 153-156, 2013.

4847	**Pensamento Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

5124	Sistemas de Informação para Saúde	60

APRESENTAÇÃO

Noções básicas de informática, hardware, software, banco de dados, redes, sistemas e Internet. Noções básicas sobre os Sistemas de Informações Hospitalares. Segurança da informação. Tendências.

OBJETIVO GERAL

Ao término dos estudos sobre este conteúdo você terá alcançado uma visão geral e consistente sobre os recursos tecnológicos à disposição da área de saúde, entendendo os conceitos fundamentais e a aplicabilidade das principais ferramentas e tecnologias disponíveis no mercado.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender o princípio de funcionamento e aplicabilidade dos bancos de dados.
- Discernir sobre os sistemas operacionais pagos e gratuitos, para computadores e outros dispositivos.
- Operar os sistemas de pesquisas em saúde.
- Entender o propósito e funcionamento de *data warehouse* e *data mining*.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONCEITOS E FUNDAMENTOS DE TI
COMPREENDENDO A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA QUE CULMINOU NA ERA DIGITAL
REDES DE COMPUTADORES
BANCOS DE DADOS
SISTEMAS E APLICATIVOS: UM PANORAMA DO CENÁRIO ATUAL

UNIDADE II – RECURSOS DE TI NO DIA A DIA
CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE
PERIFÉRICOS
SISTEMAS OPERACIONAIS
PACOTES OFFICE

UNIDADE III – TECNOLOGIAS EM SAÚDE
SISTEMAS TRADICIONAIS E EQUIPAMENTOS INFORMATIZADOS EM AMBIENTES HOSPITALARES
O DATASUS
SISTEMAS DE PESQUISA EM SAÚDE
GESTÃO DOCUMENTAL

UNIDADE IV – TECNOLOGIAS EMERGENTES E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
DATA WAREHOUSE E DATA MINING
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ABREU, A. F.; REZENDE, D. A. **Tecnologia da informação** aplicada a sistemas de informação empresariais. 4. ed. São Paulo: Atlas 2003.

CORTES, P. L. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Saraiva, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 7 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARAKAS, G. M. **Administração de sistemas de informação: uma** introdução. 13 ed. Porto Alegre: 1MC GRAW HILL, 2007.

PERIÓDICOS

Munhoz, A. S. **Fundamentos de Tecnologia da Informação e** Análise de Sistemas para não Analistas. Curitiba: InterSaberes, 2017.

NASCIMENTO, A. B. do. **Sistema de Informação para** Saúde. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

PRADE, S. S. **Da Avaliação à Informação em Serviços De** Saúde. 1a ed. Editora Ciência Moderna. 2004.

4872	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**80**

APRESENTAÇÃO

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

PERIÓDICOS

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O profissional especializado em Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde - Farmácia será capaz de atuar com profissionalismo compreendendo a natureza humana em suas dimensões, desenvolverá a capacidade de aplicar os conhecimentos técnicos-científicos afim de garantir a qualidade no atendimento e em todos as áreas envolvidas na logistica de funcionamento da unidade.